

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTASProcesso TCM nº **07609e22**Exercício Financeiro de **2021**Câmara Municipal de **IRARÁ****Gestor: Genivaldo Batista da Silva**

MPC: Camila Vasquez Gomes Negromonte

Relator **Cons. Fernando Vita****ACÓRDÃO 07609e22APR****PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRARÁ, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021. APROVAÇÃO COM RESSALVA.**

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Federal, art. 91, inciso II, da Constituição Estadual e no art. 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, julga **aprovada, porque regulares com ressalvas**, as contas da Câmara Municipal de IRARÁ, respeitante ao exercício financeiro 2021, sob a responsabilidade do **Vereador Genivaldo Batista da Silva**, Presidente do Legislativo, e levando em consideração, ainda, as colocações seguintes:

1. DOCUMENTAÇÃO**1.1 REMESSA AO TCM - PRAZO**

As Contas da **Câmara Municipal de Irará - BA, relacionadas** ao exercício financeiro de 2021 ingressaram eletronicamente neste Tribunal de Contas em 31/03/2022. Portanto, **dentro do prazo, cumprindo-se, assim, o que dispõe o art. 55 da Lei Complementar nº 06/91 e o art. 8º da Resolução TCM n.º 1.060/05.**

1.2 GESTOR

A responsabilidade das contas em análise é do Sr. **Genivaldo Batista da Silva**, gestor pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

2. ANÁLISE DAS CONTAS**2.1 DISPONIBILIDADE PÚBLICA**

As contas do Poder Legislativo foram colocadas em disponibilidade pública, para exame e apreciação, juntamente com as contas do Poder Executivo, pelo período



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

de 60 dias, através do endereço eletrônico <http://e.tcm.ba.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam>, **cumprindo** o estabelecido no art. 31 § 3º da Constituição Federal (CF), nos arts. 63 e 95, § 2º da Constituição Estadual e no art. 54 da Lei Complementar nº 06/91. Identifica-se nos autos a comprovação de publicidade do mencionado Ato, **observando** o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101/00.

Registre-se que os documentos encaminhados foram recepcionados através do processo eletrônico e-TCM, conforme regulamentações estabelecidas nas Resoluções TCM nºs. 1337/2015 e 1338/2015.

Após o seu ingresso na sede deste Tribunal, foram os autos acrescidos de diversos documentos necessários à composição das contas anuais.

Assinala-se, ainda, que as contas sob comento são compostas também pelo Relatório Anual/Cientificação (RA), emitido pela Inspeção Regional a que o Município encontra-se jurisdicionado, elencando as irregularidades remanescentes do acompanhamento da execução orçamentária e financeira, bem assim, do Pronunciamento Técnico elaborado pela Unidade Técnica competente, estando disponíveis no **e-TCM – Plataforma de Processos Eletrônicos e no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA**.

Tempestivamente, **apresentou** arrazoado acompanhado de vários documentos, que após análise desta Relatoria, resulta nos seguintes registros:

3. DO EXERCÍCIO PRECEDENTE

As Prestações de Contas dos **exercícios financeiros de 2019 e 2020 não estiveram sob a gestão do Sr. Genivaldo Batista da Silva.**

4. ORÇAMENTO

Consta nos autos cópia da Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei n.º 945, de 07/12/2020, fixou dotações para Unidade Orçamentária da Câmara em R\$ 3.600.000,00.

5. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para ajustar as dotações previstas na Lei Orçamentária Anual às novas necessidades sobrevindas no decorrer do exercício financeiro, os gestores públicos fazem uso das alterações orçamentárias.

5.1. CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

Devidamente autorizados na Lei Orçamentária Anual, foram abertos, através de Decretos do Poder Executivo, créditos adicionais suplementares no total de



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

R\$ 250.000,00, utilizando-se como fonte de recursos a anulação de dotações, tendo sido contabilizados, conforme Demonstrativos de Despesa, em igual valor.

Não obstante tal fato, foram apontadas falhas pelo Pronunciamento Técnico, pelo que, recomenda-se melhor observância na abertura por parte do Executivo e na contabilização pelo Legislativo de créditos adicionais de modo a cumprir com absoluto rigor o quanto prescrito na Lei Federal nº 4.320/64, bem como na Constituição Federal.

Recomenda-se, ainda, que os Poderes Executivo e Legislativo devem manter a harmonia necessária para o cumprimento com absoluto rigor da legislação citada.

6. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia instituiu através da Resolução TCM nº 1255/07 uma nova estratégia de Controle Externo, com a implantação do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, desenvolvido em modelo WEB, para recepcionar, por meio da *internet*, dados e informações mensais e anuais sobre a execução orçamentária e financeira das entidades fiscalizadas.

Esta ferramenta possibilita ao Tribunal aprimorar o desempenho de sua função de orientar, fiscalizar, controlar a aplicação dos recursos públicos e de acompanhar o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Resolução TCM nº 1282/09 dispõe sobre a obrigatoriedade de os órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal remeterem ao Tribunal, pelo SIGA, os dados e informações da gestão pública municipal, na forma e prazos exigidos, a partir do exercício de 2010.

A Inspeção Regional de Controle Externo – IRCE deste Tribunal, sediada em Feira de Santana - BA, acompanhou, por via documental e pelo Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, a execução orçamentária e financeira das contas ora em apreciação, oportunidade em que irregularidades foram apontadas e levadas ao conhecimento do Gestor, mediante notificações, que após justificadas remanesceram algumas delas, mas que não chegam a comprometer o mérito das Contas.

7. ANÁLISE DOS BALANCETES CONTÁBEIS

7.1 CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

Os Demonstrativos Contábeis foram assinados por Contabilista, sendo apresentada Certidão de Regularidade Profissional, em atendimento à Resolução nº 1.402/12, do Conselho Federal de Contabilidade.



7.2 DUODÉCIMOS TRANSFERIDOS

Durante o exercício de 2021, foi repassado à Câmara, a título de duodécimo, pelo Executivo, a quantia de R\$ 2.245.483,57, conforme Demonstrativo das Contas do Razão.

8. CAIXA E BANCOS

8.1 SALDO DE CAIXA

Aponta o Pronunciamento Técnico que, conforme Termo de Conferência de Caixa constante dos autos, no final do exercício não restou qualquer saldo em Caixa. Ressalta, ainda, que o referido termo encontra-se subscrito pelos membros da Comissão designados por Portaria do Presidente do Poder Legislativo, **em atendimento ao disposto no item 2, do art. 10, da Resolução TCM nº 1060/05.**

8.2. BANCOS

Assinala o Pronunciamento Técnico que, conforme extrato(s) bancário(s) e conciliação (ões), no final do exercício restou saldo em Bancos no valor de R\$ 101.576,67, recolhido ao Tesouro Municipal, conforme comprovante juntado aos autos.

9. RECEITAS E DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS

Aponta o Pronunciamento Técnico que os Demonstrativos das Receitas e Despesas Extraorçamentárias de dezembro/2021 registram para as consignações/retenções o montante de R\$ 578.782,40, não havendo, assim, obrigações do exercício a recolher.

9.1 CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Confrontando os valores evidenciados nos Demonstrativos de Receita e Despesa de dezembro/2021, dos Poderes Executivo e Legislativo, verifica-se que não foram identificadas quaisquer irregularidades.

9.2 DIÁRIAS

No exercício sob exame, a Câmara Municipal não realizou despesas com diárias.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

9.3 DEMONSTRATIVO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Foi apresentado o Demonstrativo dos Bens Móveis e Imóveis, **observando** o disposto no Anexo II da Resolução TCM nº 1379/2018.

Conforme o Demonstrativo da Despesa de dezembro, não houve execução no elemento 52 – Equipamentos e Material Permanente.

10. RESTOS A PAGAR - CUMPRIMENTO DO ART. 42 DA LRF 101/00

Os Restos a Pagar constituem-se em dívidas de curto prazo e, portanto, necessitam, no final de cada exercício, de disponibilidade financeira (Caixa e Bancos) suficiente para cobri-los.

Essa determinação está literalmente expressa na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 42) para o último ano de mandato. Todavia, o entendimento para os demais exercícios financeiros é perfeitamente válido, pois os mecanismos de avaliação bimestral e de limitação de empenho objetivam a adequação das despesas à efetiva capacidade de caixa.

Registra o Pronunciamento Técnico que após análise, constata-se que todas as despesas empenhadas foram pagas no exercício, inexistindo restos a pagar, **contribuindo** para o equilíbrio fiscal da Entidade e cumprindo o art. 42 da LRF.

11. OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS

11.1 TOTAL DA DESPESA DO PODER LEGISLATIVO (ART. 29-A)

De acordo com art. 29-A da CRFB, o total de despesa do Poder Legislativo, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluindo os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o montante de R\$ 2.245.483,57. Conforme Demonstrativo de Despesado mês de dezembro, a Despesa Orçamentária Realizada (Empenhada) foi de R\$ 2.143.906,90, **em cumprimento ao limite estabelecido no mencionado artigo.**

11.2 DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO

A despesa realizada com a folha de pagamento, incluído o gasto com subsídio de seus Vereadores foi de R\$ 1.413.529,72, correspondente a 62,95% de sua receita, cumprindo, portanto, o limite estabelecido no § 1º, do art. 29-A, da CRFB.

11.3 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

A Lei nº 46, de 15/01/2021, dispôs sobre a remuneração do Presidente e demais Vereadores para a legislatura de 01/01/2021 a 31/12/2024, fixando os subsídios mensais em R\$ 7.890,00 para todos os edis.

Conforme informações do IBGE/2010 o município possui 27.492 habitantes, sendo estabelecido pela Constituição Federal que para Municípios com população entre 10.001 até 50.000 habitantes o subsídio dos Vereadores deve corresponder até 30% da remuneração do Deputado Estadual (R\$ 25.322,25), não devendo ultrapassar 5% da receita do Município.

Portanto, seja para Vereadores ou para o Presidente, no Município de Irará - BA, o limite máximo para fixação do subsídio é de R\$ 7.596,67.

Assim, de acordo com o Pronunciamento Técnico, as informações inseridas no Sistema SIGA indicam ter sido gasto o valor de R\$ 1.083.472,33 a título de subsídios aos Vereadores, em **descumprimento aos limites estabelecidos na Constituição Federal**.

Diante dessas informações, constata-se que o valor dos subsídios dos Vereadores encontra-se acima dos limites estabelecidos na Carta Magna, extrapolando mensalmente em R\$ 293,32, pelo que, deverá o Gestor ser compelido a ressarcir o erário em R\$ 41.944,76.

12. EXIGÊNCIAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

12.1 PESSOAL

A Constituição Federal, em seu art. 169, estabelece que as normas específicas para controle das Despesa com Pessoal serão dispostas em Lei Complementar.

A Lei Complementar nº 101/00 - LRF, em seu art. 18, define de forma clara o que se entende como Despesa de Pessoal e no seu art. 19 fixa o limite da Despesa total com Pessoal em percentuais da Receita Corrente Líquida, para todos os entes da Federação, estabelecendo-o em 60% (sessenta por cento) para os Municípios.

O seu art. 20, inciso III, alínea "a", define a repartição desse limite global, dispondo que a Despesa total com Pessoal do **Poder Legislativo** não poderá exceder o percentual de 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida do Município. Os arts. 21 a 23 estabelecem a forma de efetivação dos controles pertinentes.

A omissão na execução de medidas para a redução de eventuais excessos impõe a aplicação de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do Gestor, conforme prescrito no § 1º, do art. 5º, da Lei Federal nº 10.028/00, além das penalidades institucionais previstas.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

12.1.1 LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

O art. 20, inciso III, alínea “a” da Lei Complementar nº 101/00 (LRF) dispõe:

“Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III – na esfera municipal

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;”

Conforme informação registrada no Pronunciamento Técnico, a Despesa Total com Pessoal do **Poder Legislativo** alcançou o montante de R\$ 1.936.391,51, corresponde a 2,56% da Receita Corrente Líquida Municipal de R\$ 75.521.108,37, apurada no exercício financeiro de 2021.

Constata-se, assim, que houve cumprimento do limite disposto no art. 20, inciso III, alínea "a" da citada Lei.

12.2 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF

12.2.1 PUBLICIDADE

Constam nos autos os comprovantes de publicação dos Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), **cumprindo**, assim, o disposto no art. 7º da Resolução TCM n.º 1065/05 e o quanto estabelecido no § 2º, do art. 55 da Lei Complementar n.º. 101/00.

12.3. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA - LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009

Conforme estabelece o art. 48-A da LRF, incluído pelo art. 2º da Lei Complementar nº 131 de 27/05/2009, os municípios disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso às informações referentes a:

I – **despesa**: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – **receita**: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Analisando-se o sítio oficial da Câmara, verifica-se que estas informações **foram** divulgadas.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

Analisadas as informações de transparência, com o somatório dos requisitos analisados, obteve-se como resultado que a Câmara Municipal de Irará – BA, alcançou a nota final de 36 (de um total de 54 pontos possíveis), sendo atribuído índice de transparência de 6,67, de uma escala de 0 a 10, o que evidencia uma avaliação **moderada**.

Assim, adverte-se o Legislativo para que aprimore os requisitos e informações acerca da transparência de suas ações no seu respectivo portal, para que se alcance o efetivo cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009.

13. RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

O art. 74, incisos I a IV da Constituição Federal e art. 90, incisos I a IV e respectivo parágrafo único, da Constituição Estadual, estabelecem que os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, Sistema de Controle Interno, elencando nos citados incisos a sua finalidade. A Resolução TCM nº 1120/05 dispõe sobre a criação, implementação e a manutenção de Sistema de Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

Conforme art. 2º, da mencionada Resolução, entende-se por Sistema de Controle Interno Municipal o conjunto de normas, regras, princípios, planos, métodos e procedimentos que, coordenados entre si, têm por objetivo efetivar a avaliação da gestão pública e o acompanhamento dos programas e políticas públicas, bem como evidenciando sua legalidade e razoabilidade, avaliar os seus resultados no que concerne à economia, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades municipais.

O art. 4º dispõe que as atividades inerentes ao controle interno serão exercidas em todos os níveis hierárquicos dos Poderes Executivo e **Legislativo** municipais, bem como das entidades da administração indireta do município, por servidores municipais, ocupantes de cargos públicos do quadro permanente do órgão ou entidade, não sendo passíveis de delegação por se tratar de atividades próprias do Município.

Acha-se nos autos, o Relatório Anual de Controle Interno subscrito pelo seu responsável, acompanhado de pronunciamento do Presidente da Câmara atestando ter tomado conhecimento das conclusões nele contidas.

Registra o Pronunciamento Técnico que, da sua análise, verifica-se que não foram apresentados os resultados das ações de controle interno, bem como as respostas decorrentes do acompanhamento das atividades realizadas, **descumprindo o que dispõe a Resolução TCM nº 1120/05.**

Adverte-se o Poder Legislativo para que sejam adotadas providências imediatas objetivando um funcionamento eficaz do Controle Interno, em observância aos dispositivos mencionados, assim como à Resolução TCM nº 1120/05, evitando a manutenção da atual situação que poderá vir a repercutir no mérito de contas futuras.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

Ainda que o Pronunciamento Técnico registre que o Relatório Anual de Controle Interno atende às exigências constitucionais dispostas, **chama-se atenção do Poder Legislativo para que sejam adotadas providências objetivando um funcionamento eficaz do Controle Interno, em observância aos dispositivos mencionados, assim como aos arts. 11 e 12 da Resolução TCM nº 1120/05.**

14. DECLARAÇÃO DE BENS

Acha-se nos autos a Declaração dos Bens Patrimoniais do Gestor, relacionando bens e valores, em **cumprimento** o art. 11 da Resolução TCM nº 1.060/05.

15. MULTAS E RESSARCIMENTOS PENDENTES

Aponta o Pronunciamento Técnico a inexistência de pendências atinentes ao não recolhimento de **multas ou ressarcimentos** imputados ao Gestor destas Contas.

16. CONCLUSÃO

Diante do exposto, com fundamento nos art. 40, inciso II e art. 42, da Lei Complementar nº 06/91, vota-se pela emissão de Parecer Prévio no sentido de **APROVAR, porque regulares, porém com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Irará - BA, relativas ao exercício financeiro de 2021**, constantes deste processo, de responsabilidade do Sr. **Genivaldo Batista da Silva**, tendo em vista as irregularidades praticadas pelo Gestor e registradas nos autos, especialmente:

- as consignadas no Relatório Anual;
- falhas técnicas na contabilização de créditos adicionais;
- pagamento de subsídios a agentes políticos em valores superiores ao definido pela legislação competente ou a vulneração das normas constitucionais de regência.

Determina-se ainda:

I. Com base no art. 71, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, **a multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais);**

II. E com arrimo no art. 68, c/c com os arts. 69 e 76, inciso III, alínea "c", da Lei Complementar nº 06/91, na condição de Ordenador das despesas no exercício financeiro de 2021, no prazo de 30 (trinta) dias do trânsito em julgado do presente processo, **providencie o ressarcimento aos cofres públicos municipais da importância de R\$ R\$ 41.944,76 (quarenta e um mil,**



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos), referente a subsídios pagos a maior em proveito dos Edis.

A multa aplicada e o débito imputado deverão ser recolhidos ao erário municipal, na forma estabelecida nas Resoluções TCM nº 1124/05 e 1125/05, respectivamente, sob pena de se adotar as medidas preconizadas no art. 74 da multicitada Lei Complementar. A multa se não for paga no prazo devido, será acrescida de juros legais.

Notifique-se o Sr. Prefeito do Município, enviando-lhe cópia do presente, a quem compete, na hipótese de não ser efetivado, no prazo assinalado, o pagamento das cominações aplicadas, adotar as providências cabíveis, inclusive judiciais, se necessário, já que as decisões dos Tribunais de Contas, por força do estatuído no art. 71, §3º, da CRFB, das quais resulte imputação de multa ou débito, tem eficácia de título executivo.

A liberação da responsabilidade do Gestor fica condicionada ao cumprimento do quanto aqui determinado.

Ciência à 2ª DCE para acompanhamento.

Por epílogo, registre-se o entendimento consolidado na Jurisprudência do C. STF e do E. TSE, no sentido de que o julgamento das contas dos Legislativos Municipais é de competência do Tribunal de Contas correlato, pelo que nomina-se a presente peça de Parecer Prévio, apenas pela inadequação da Constituição Estadual ao entendimento ora referenciado, prevalecendo, contudo, em toda e qualquer hipótese, a exegese firmada pelas Cortes Superiores, apontada, inclusive, na ADI 849/MT, de 23 de abril de 1999.

SESSÃO ELETRÔNICA DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, em 17 de agosto de 2022.

Cons. Mário Negromonte
Presidente

Cons. Fernando Vita
Relator

Foi presente o Ministério Público de Contas
Procurador Geral do MPEC

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolução TCM nº01300-11. Para verificar a autenticidade deste acórdão, consulte o Sistema de Acompanhamento de Contas ou o site do TCM na Internet em www.tcm.ba.gov.br e acesse o formato digital assinado eletronicamente.